



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Outubro a Dezembro de 2016

Ano 41 – Nº 226

Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional

Agentes da CPT de todo o Brasil debatem a questão agrária atual

Págs.: 8 e 9



Foto: Joka Madruga



Lama que mata:
projeto audiovisual registra o crime da Samarco um ano depois

Pág.: 15

EDITORIAL

Que 2017 nos encontre alertas

2016 está chegando ao fim. Certamente vai passar para a história nacional como um dos anos mais obscuros e inquietantes.

O golpe perpetrado contra a democracia com o impedimento da Presidenta da República tinha como finalidade tentar encobrir os desmandos de grande parcela da classe política. Mas, o grupo que se apoderou do poder cada dia mais se chafurda na lama da corrupção, em nome do combate à qual teria sido afastada a presidenta.

Em poucos meses já são seis os ministros do governo ilegítimo, que tiveram de abandonar seus postos em meio a uma série de acusações. A corrupção é endêmica em nosso país, mas foi e está sendo usada para alijar do poder um partido que tinha como um dos princípios basilares de sua constituição o combate à mesma. Acabou cedendo aos encantos do poder e, para garantir “a governabilidade”, se rodeou de pessoas e partidos historicamente escolados nas mais diversas formas de se apropriar dos bens comuns.

Como assinala a carta do Conselho Nacional da CPT, no final de outubro: “A derrubada do governo eleito foi a estratégia para desmontar garantias e direitos conquistados desde a Constituição de 1988, chamada ‘cidadã’. Tudo para favorecer ainda mais o sistema predador dos bens da natureza e dos bens sociais dos homens e mulheres desta terra, de hoje e de amanhã. Rompe-se assim aquele pacto social constitucional, e tudo pode ilegitimamente acontecer contra o povo”.

E estão aí as propostas de Emendas à Constituição, tanto a que coloca um teto para os gastos públicos tornando inviáveis no futuro a educação pública e o Sistema Único de Saúde, quanto a da Previdência que vai exigir dos trabalhadores e trabalhadoras para se aposentar muito mais tempo de serviço e menos benefícios.

Este é o caldo perfeito para a violência que cresce assustadoramente e para a impunidade que permanece inalterada. Isso fica claro quando se acompanha o caso do rompimento da barragem da Samarco que espalhou morte e destruição em toda a bacia do Rio Doce. Os atingidos aguardam solução.

Mas apesar do contexto quase trágico em que se vivemos encontramos força, alento, estímulo e esperança nas palavras que o Papa dirigiu aos movimentos populares que realizaram seu terceiro encontro no Vaticano, e na instituição pelo mesmo papa do Dia Mundial do Pobre.

Esta força também brota das diversas romarias da terra e das águas que se realizaram Brasil afora, do caminhar da Campanha em Defesa do Cerrado, do Encontro Nacional de Formação que a CPT realizou em Luziânia, GO, do II Encontro da Igreja Católica da Amazônia.

A esperança que nos anima, fez a CPT ecoar em atividade da ONU ligada aos Direitos Humanos, em Genebra, na Suíça, o clamor das famílias expulsas das Ilhas do Sirinhaém, no Pernambuco.

E quase no ocaso de 2016, o Comandante Fidel Castro se junta às figuras gloriosas que tentaram plantar nesta América “triste e ferida” sonhos de uma sociedade em que o ser humano é o centro das preocupações, não o capital.

Que 2017 nos encontre a todos alertas e dispostos a não nos deixar vencer pela apatia e o medo.

Boa leitura



PUBLICAÇÕES

CPT: 40 anos de fé, rebeldia e esperança

Um livro sobre a história da Comissão Pastoral da Terra (CPT), seus desafios e contribuições para a organização dos trabalhadores rurais no Brasil. Dom Enemésio Lazzaris, presidente da CPT, explica que esse livro é resultado do IV Congresso Nacional, realizado em julho de 2015, em Porto Velho (RO), quando se celebraram junto a 800 representantes os 40 anos de história dessa pastoral. Em cada texto podemos ver o modo pelo qual o CPT procurou garantir que o homem e a mulher do campo definissem os rumos, objetivos e metas a seguir, como protagonistas de sua própria história. Uma análise sobre esses 40 anos de trajetória da CPT, que acompanhou esses lutadores brasileiros, não cegamente, mas com espírito crítico. O livro foi lançado no dia 24 de outubro, em Luziânia (GO), durante o Encontro Nacional de Formação da CPT.



Direitos Humanos no Brasil 2016



A Rede Social de Justiça e Direitos Humanos lançou no dia 6 de dezembro, seu 17º relatório anual. O lançamento do livro foi no Sesc Bom Retiro, em São Paulo (SP). Durante o evento, foram homenageados o povo indígena Guarani-Kaiowá, os imigrantes, a pastora luterana Romi Márcia Bencke, o teólogo Leonardo Boff e a educadora popular Márcia Miranda, todos por suas atuações na defesa dos direitos humanos. O evento contou ainda com apresentações dos grupos musicais “As Despejadas”, formado por mulheres de Guarulhos (SP), e “As Cantadeiras”, formado por mulheres militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O relatório é publicado pela ONG em parceria com mais de 140 entidades desde os anos 2000 e, nesta edição, a temática principal são as consequências do impeachment da presidenta Dilma Rousseff na sociedade brasileira, com análises sobre as medidas antidemocráticas propostas por Temer na área da saúde, cultura e educação. Antônio Canuto, secretário da coordenação nacional da CPT, publicou no relatório um texto sobre os conflitos no campo, a violência e a criminalização de militantes sociais.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Vice-presidente
Dom André de Witte

Coordenadores Nacionais
Paulo César Moreira
Jeane Bellini
Thiago Valentim
Ruben Siqueira

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Elvis Marques
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO

Brot für die Welt

CANADIAN CATHOLIC ORGANIZATION FOR
Development and Peace



MISEREOR
IHR HILFSWERK

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações cpt@cptnacional.org.br



Manoel Monteiro e o Pastoral da Terra

Se hoje fossemos contar a história do jornal da CPT, o Pastoral da Terra, com certeza teria um espaço dedicado a Manoel Monteiro dos Santos. Isso porque ele e a publicação têm uma longa relação. Mas hoje, infelizmente, escrevemos para dizer que fomos informados, recentemente, de sua morte.

Para entender essa história de parceria, é preciso voltar no tempo – 40 anos atrás. Era dezembro de 1976 quando os versos de Manoel foram publicados pela primeira vez no jornal, que havia nascido no ano anterior. Manoel, à época presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paracatu (MG), participava das reuniões da CPT e sempre se mostrou muito atento ao que a entidade produzia.

Além de poeta, Manoel era, sem dúvida, o maior divulgador do nosso Pastoral da Terra. Em Vazante, onde morava, e nos municípios próximos, eram mais de 300 assinantes. Ele dizia que se interessou pela publicação desde sua primeira edição. Assinou o jornal, começou a divulgá-lo na região e a buscar novos assinantes. Segundo ele, a publicação trazia notícias que ajudavam na formação da consciência crítica dos trabalhadores.

Em 2011, seus versos foram novamente publicados no jornal, que também falou de sua relação com a publicação. Veja alguns dos seus versos: “O Brasil é muito grande, mas está em poucas mãos. Quem não trabalha tem dinheiro, o que trabalha não tem não”.

Povos e comunidades tradicionais em luta em Brasília

Entre os dias 22 e 24 de novembro, vários pontos de Brasília foram ocupados por indígenas de vários estados (MA, BA, RS, SC e SP), pescadores e pescadoras artesanais, quilombolas e quebradeiras de coco. Organizadas pela Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais, as pessoas protestaram contra a PEC 241-55/16 (PEC do Teto de Gastos), PEC 215/2000 (que transfere demarcações de Terras Indígenas para o Congresso) e o PL 4059/12, que libera a venda de terras para estrangeiros.

A primeira ação foi ocupar, na manhã do dia 22, o Palácio do Pla-



Foto: Tiago Miotto - CIMI

nalto. Após horas na sede do Executivo – período em que comida e água foram barradas aos manifestantes –, ministros decidiram receber um grupo de 30 lideranças. “Queremos uma posição mais efetiva do governo em relação à regularização das Terras Indígenas, quilombolas e os territórios

pesqueiros, para reparar essa dívida que o Estado tem e garantir a proteção das espécies, dos povos e dos territórios”, cobrou Kahú Pataxó.

Nos dias seguintes, indígenas e comunidades tradicionais protestaram na Esplanada dos Ministérios e na Câmara dos Deputados, local onde foram barrados pela Polícia Legislativa e impedidos de acompanhar a sessão da CPI da Funai e do Inbra, que aconteceria no dia 23. Além de não poderem entrar na “Casa do Povo”, foram reprimidos/as pelos policiais com spray de pimenta. Também tiveram ônibus com manifestantes parados, revistados e escoltados.

40 anos de CPT na Diocese de Juazeiro

Criada em 1976 por Dom José Rodrigues, com o objetivo de auxiliar e assessorar as famílias atingidas pela Barragem de Sobradinho, a CPT Juazeiro completou quatro décadas neste ano. Para comemorar esse período de atuação junto aos camponeses e camponesas da região, a Pastoral realizou, no dia 18 de novembro, seminário com o tema “40 anos de Luta pela Terra: da Barragem de Sobradinho aos Parques Eólicos”.

Ao longo do dia, cerca de 150 pessoas debateram diversas temáticas relacionadas ao trabalho da pastoral, como os conflitos por terra e a luta



dos trabalhadores do campo. Segundo Marina Rocha, agente da CPT, o seminário surgiu devido ao aumento dos conflitos de terra na região e a necessidade de dar visibilidade a esses problemas, sobretudo à luta dos/as camponeses/as.

Jean Pierre Leroy e Irmão Antônio Cechin presentes!

Jean Pierre Leroy morreu aos 77 anos no dia 10 de novembro, no Rio de Janeiro, vítima de câncer. Enfrentava a doença desde 2009. Por 40 anos se dedicou à FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Além disso, como bem lembrou a Nota da Coordenação Executiva Nacional da CPT, Jean “atuou em tantos espaços de luta e troca de saberes vitais. Francês naturalizado brasileiro, filósofo, ex-sacerdote Oblato de Maria Imaculada, socioambientalista, era, sobretudo, educador popular”.

Sua atuação na Amazônia, iniciada em 1971, segundo a Nota, “foi inspiradora da criação da CPT nos moldes em que se deu, como pastoral

popular inserida no cotidiano de trabalho e luta das comunidades camponesas [...]”.

Alguns dias depois, em 16 de novembro, também perdemos Irmão Antônio Cechin, 89 anos, fundador da CPT no Rio Grande do Sul e animador das Romarias da Terra no estado, que se estenderam por todo o Brasil. “Irmão Antônio Cechin é um exemplo de amor e fidelidade ao Evangelho, preocupado com os mais pobres e fracos”, destacou, em Nota de Pesar, a CPT. Ainda segundo o documento, a história da “Igreja comprometida com os pobres no Rio Grande do Sul e no Brasil se confunde com a História de Irmão Antônio Cechin”.

Mandante da morte de casal de extrativistas é condenado

No dia 6 de novembro, o Tribunal do Júri de Belém (PA), condenou José Rodrigues Moreira a 60 anos de prisão pelo assassinato do casal de extrativistas José Cláudio e Maria do Espírito Santo, mortos em 2011, no município de Nova Ipixuna. O Júri considerou o acusado coautor do crime de duplo homicídio qualificado. Apesar da condenação, José encontra-se foragido.

Este foi o segundo julgamento de José Rodrigues – em 2013, em Marabá, o réu foi absolvido. Todavia, o tribunal anulou o Júri, que foi transferido para a capital, e decretou a prisão preventiva dele. Na época foram condenados como executores das mortes Alberto Nascimento (42 anos de prisão) e Lindonjohnson Silva Rocha (43 anos de prisão), que fugiu em 2015. (Com informações do G1)

ARTIGO

A justiça não é cega

ANTÔNIO CANUTO*

Na medida em que os dias passam, a situação política e social do país se tornam mais caóticas. Neste contexto ganha uma dimensão expressiva o poder judiciário que, por um lado, é criticado por se omitir de suas prerrogativas e das funções para as quais existe, e por outro se arvora como o poder por excelência.

O STF no caso do impedimento da presidenta, contra a qual não havia qualquer crime de responsabilidade, acabou sendo omisso manifestando-se somente em relação às formalidades legais do processo e omitindo-se em relação ao conteúdo.

Por outro lado, o juiz Sergio Moro, da Operação Lava Jato, surge como ator plenipotenciário superior às leis. É o que diz o promotor de justiça de São Paulo, Antonio Alberto Machado ao criticar a “aliança” feita com a mídia empresarial para a qual são vazadas “informações com o insofismável propósito de predispor a opinião pública contra os réus que mandava prender. Isso viola o sigilo das delações, o direito à privacidade e o princípio da presunção de inocência inscritos na Constituição Federal”.

Para o professor de Direito, Lenio Streck, da Academia Brasileira de Direito Constitucional, em texto “Lava Jato: Quando a exceção se torna regra”, o equilíbrio entre os poderes no Brasil “ainda apresenta uma enorme dificuldade para se estabelecer. E isso pode ser observado na postura de juízes e integrantes do ministério Público, que num cenário de desgaste dos políticos e seus partidos, começam a se apresentar como salvadores da pátria... Salvadores da pátria, por mais bem-intencionados que sejam, acabam sempre assumindo uma postura voluntariosa contrária ao Estado de Direito”. Ele exemplifica o que diz, ao analisar o caso da condução coercitiva de Lula, na qual foram afrontados direitos estabelecidos tanto na Consti-



Foto: ENFF

tuição quanto no Código do Processo Penal (artigos 218 e 260).

Os abusos legais são patéticos. O Tribunal Regional Federal (4ª Região Sul) que analisa as apelações das sentenças de Moro, como anotou Machado, “reconhece que as práticas do juiz da Lava Jato são realmente ilegais, pois ‘escapam ao regramento’ do Direito. Mas se tratam de ‘soluções inéditas’ que devem ser toleradas porque o processo da Lava Jato é também um ‘processo inédito’. Em suma, o tribunal afirma, por escrito, que o direito aplica-se aos ‘casos comuns’ em geral; mas, à Lava Jato aplicam-se, não a Constituição e o direito, e sim as ‘soluções inéditas’, ou seja, as soluções buscadas fora do direito, ou fora do ‘regramento comum’ – com essa retórica canhestra, esse tribunal federal acaba de proclamar que a lei e a Constituição não valem para o processo da Lava Jato, ou, noutros termos, admite expressamente que esse processo tramita mesmo perante uma lei e um juízo de exceção”.

O que acontece nestes espaços que ganham as manchetes de toda nossa imprensa, acaba contaminando todo o espectro do poder judiciário. Desde sempre a justiça brasileira, com raras e honrosas exceções, se postou ao lado dos “direitos” da classe dominante, em detrimento dos movimen-

tos que lutam por terra, teto, trabalho, mesmo quando estão em jogo direitos coletivos inseridos na Constituição. No momento presente parece que a situação se agrava.

É no contexto do processo de impedimento da presidenta da república que o MST acabou tipificado como Organização Criminosa, incluso na lei 12850/2013. Foi o que aconteceu por primeira vez, no caso da ocupação de área da Usina Santa Helena, em Santa Helena de Goiás, em abril deste ano. A mesma tipificação se deu em outro caso de ocupação, também em Goiás, na comarca de Itapaci. (Ver Pastoral da Terra, 224, abril/junho 2016).

O mesmo ocorre no Paraná com a Operação Castra, deflagrada nos primeiros dias de novembro, pela Polícia Civil do Paraná, em Quedas do Iguaçu, e que se estendeu para os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, contra integrantes do MST, do acampamento Dom Tomás Balduino. Nesta operação foram presas oito pessoas e havia ordem de prisão contra outras sete. Segundo a polícia, os sem-terra estavam sendo presos pelos crimes de organização criminosa, suspeita de furto e dano qualificado, roubo, invasão de propriedade, incêndio criminoso, cárcere privado, lesão corporal, porte ilegal de arma de fogo

e constrangimento ilegal. A polícia divulgou que haviam sido apreendidas diversas armas de fogo, que na realidade o foram em outra operação sem qualquer relação com o Acampamento Dom Tomás Balduino. Mas a existência das armas serviam para justificar a ação policial.

Esta operação atingiu a Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF, em Guararema, São Paulo, onde poderia estar um dos sem-terra procurados. “Policiais Civis do Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos – GARRA, não identificados, sem mandado judicial, invadiram a sede da escola disparando armas de fogo com armamento letal e proferindo ameaças de todas as ordens, inclusive de morte, aos estudantes, professores e trabalhadores presentes”. Duas pessoas foram presas e agredidas. Diante da firme reação dos advogados os policiais deixaram o local à espera de mandado judicial.

Ao lado destes, multiplicam-se sentenças em que direitos de indígenas, quilombolas, de outras comunidades tradicionais e de sem-terra simplesmente não são considerados. Este ambiente propicia ainda sentenças (março de 2016) como as da Juíza do Trabalho de Santa Catarina, Herika Machado da Silveira Fischborn, que ao se referir a trabalhadores resgatados em ação de fiscalização afirmou: “[Os] Trabalhadores são, em sua maioria, viciados em álcool e em drogas ilícitas, de modo que [...] gastam todo o dinheiro do salário, perdem seus documentos e não voltam para o trabalho, quando não muito praticam crimes.” A magistrada não só anulou parte da operação dos auditores fiscais do trabalho, mas também pediu que a Polícia Federal os investigasse, pois eles “praticaram crime” porque “forçaram, inventaram e criaram fatos inexistentes”.

MOVIMENTOS POPULARES

3º Encontro Mundial dos Movimentos Populares com o Papa

Com a participação de 170 delegadas e delegados de movimentos populares de 65 países, realizou-se no Vaticano de 2 a 5 de novembro o 3º Encontro Mundial dos Movimentos Populares com o Papa.

ANTÔNIO CANUTO*

Este Encontro se debruçou sobre os temas: Povos e Democracia, Território e Natureza e Refugiados e Desalojados do mundo. O objetivo destes encontros é buscar ferramentas para superar os grandes desafios e as desigualdades do mundo contemporâneo, a partir da visão própria dos protagonistas destes problemas. Como sempre o momento alto é a fala do Papa

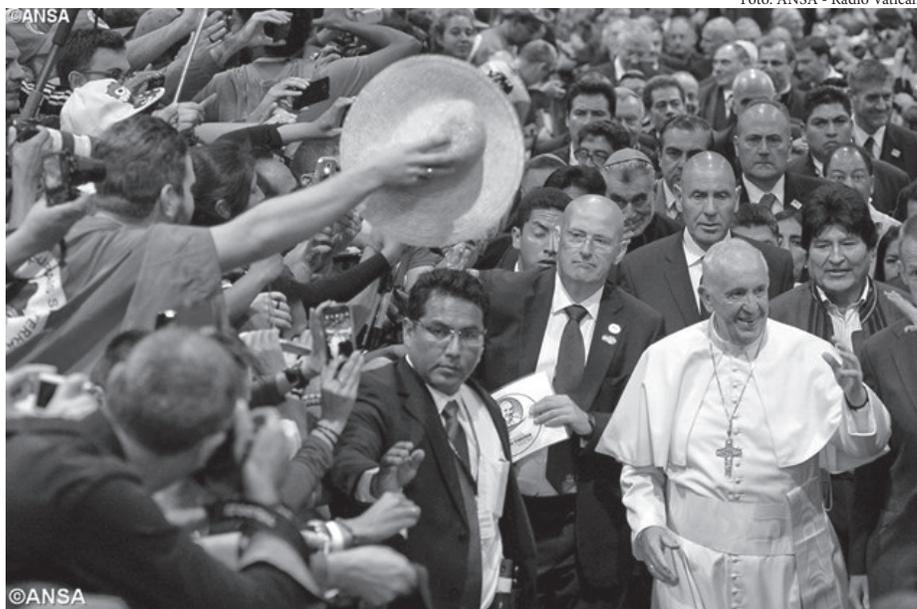
No seu discurso, o papa observou que “as soluções reais para as problemáticas atuais não sairão de uma, três ou mil conferências: devem ser fruto de um discernimento coletivo”. A esse discernimento coletivo se contrapõe “o colonialismo ideológico globalizante que procura impor receitas supraculturais, que não respeitam a identidade dos povos”.

Contra a vontade daqueles, sobretudo dos pobres, que procuram “uma mudança que seja capaz de deslocar o primado do dinheiro e colocar novamente no centro o ser humano”, existe um “fio invisível”, uma “estrutura injusta que liga todas as exclusões” e que pode “transformar-se em um chicote que torna escravos, rouba a liberdade, fere sem misericórdia alguns e ameaça constantemente os outros, para abater todos como gado até onde quer o dinheiro divinizado”.

O dinheiro governa o mundo com o chicote do medo

O papa ressalta que o medo é o instrumento que o capital utiliza para enfraquecer, desestabilizar e destruir a capacidade de ação dos movimentos. “Quem governa então? O dinheiro. Como governa? Com o chicote do medo, da desigualdade, da violência econômica, social, cultural e militar... Existe um terrorismo de base que deriva do controle global do dinheiro sobre a terra e ameaça toda a humanidade”.

“Nenhuma tirania, nenhuma tirania se sustenta sem explorar os nossos medos... Os cidadãos que ainda conservam alguns direitos são tentados pela fal-



sa segurança dos muros físicos ou sociais. Muros que fecham alguns e exilam outros... Todos os muros caem. Todos.”

“O medo é alimentado, manipulado... Porque o medo, além de ser um bom negócio para os mercadores das armas e da morte, nos enfraquece, nos desestabiliza, destrói as nossas defesas psicológicas e espirituais, nos anestesia diante do sofrimento dos outros e no final nos torna cruéis”. Por trás da crueldade que “festeja a morte de um jovem que talvez tenha errado o caminho”, da xenofobia, da intolerância “existe o frio sopro do medo”.

“O medo endurece o coração e se transforma em crueldade cega”, diz o papa Francisco. E cita o Patriarca Bartolomeu: “Quem tem medo de vocês não vos olhou nos olhos. Quem tem medo de vocês não viu os vossos rostos. Quem tem medo de vocês não vê os vossos filhos. Esquece que a dignidade e a liberdade transcendem o medo e transcende a divisão. Esquece que a migração não é um problema do Oriente Médio e da África do Norte, da Europa e da Grécia. É um problema do mundo”. (Discurso no campo de Refugiados de Moria, Lesbos, 16 de abril de 2016).

“A misericórdia é o melhor antidoto contra o medo. É muito melhor do que os antidepressivos e dos ansiolíticos. Muito mais eficaz do que os muros, as grades, os alarmes e as armas. E é grátis: é um

dom de Deus”, afirma o papa lembrando que Jesus disse aos discípulos “Não tenhais medo” (Mt 14,27).

O Desemprego é uma atrofia

O papa citando o caso de Jesus ter curado, em pleno dia de sábado, um homem com a mão atrofiada, diz: “Jesus restituiu àquele homem a capacidade de trabalhar e com isso lhe restituiu a dignidade” e a seguir comparou o desemprego a uma atrofia:

“O contrário do desenvolvimento, se poderia dizer, é a atrofia, a paralisia. Devemos ajudar a curar o mundo da sua atrofia moral. Este sistema atrofiado é capaz de fornecer algumas ‘próteses’ cosméticas que não são verdadeiro desenvolvimento: crescimento econômico, progressos tecnológicos, maior ‘eficiência’ para produzir coisas que se compram, são usadas e jogadas fora, nos envolvendo a todos em uma vertiginosa dinâmica do descarte...”

A saída que o papa aponta são os pobres organizados quando inventam trabalhos, criam cooperativas, recuperam fábricas falidas, reciclam descartes, reivindicam um pedaço de terra para cultivar para alimentar quem tem fome. Estes “estão imitando Jesus, porque buscam curar,

mesmo que somente um pouquinho, mesmo se precariamente, esta atrofia do sistema socioeconômico reinante que é o desemprego”.

E como os hipócritas que observavam Jesus para entregá-lo à condenação, o papa disse não se surpreender quando os pobres organizados às vezes são vigiados ou perseguidos.

A bancarrota da humanidade

Reproduzindo palavras do Arcebispo Hieronymos da Grécia que disse: “Quem vê os olhos das crianças que encontramos nos campos de refugiados é capaz de reconhecer imediatamente, na sua totalidade, a ‘bancarrota’ da humanidade” (Discurso no Campo de Refugiados de Moria, em Lesbos, 16 de abril de 2016), o papa foi contundente na sua denúncia: “quando ocorre a bancarrota de um banco, imediatamente aparecem somas escandalosas para salvá-lo, mas quando acontece esta bancarrota da humanidade não existe sequer uma milésima parte para salvar estes irmãos que sofrem tanto. E assim o Mediterrâneo transformou-se em um cemitério e não somente o Mediterrâneo ... muitos cemitérios próximos aos muros, muros manchados de sangue inocente”.

Não se reduzam a atores secundários

O Papa destacou ainda que os movimentos populares não são partidos políticos, e esta é a sua riqueza. “Mas não tenham medo de entrar nas grandes discussões, na Política com maiúscula”, disse. E critica políticas para os pobres, “mas nunca ‘com’ os pobres, nunca ‘dos’ pobres”. Por isso convoca as organizações dos excluídos a assumir as rédeas do seu destino. E alerta “Não caiam na tentação da limitação que vos reduz a atores secundários, ou pior, a meros administradores da miséria existente”.

DIA MUNDIAL DOS POBRES

Papa institui o DIA MUNDIAL DOS POBRES

ANTÔNIO CANUTO*

Ao final do Ano Santo da Misericórdia, o Papa Francisco entregou à Igreja e à sociedade a Carta Apostólica “Misericórdia et Misera”. Desta carta a mídia destacou que o Papa estendeu a todos os padres “a faculdade de absolver a todas as pessoas que incorreram no pecado do aborto”, antes restrita pelo Direito Canônico aos bispos. O caráter social da misericórdia, porém, não foi destacado. O Papa para marcar o caráter social da misericórdia instituiu como sinal concreto do Ano Santo o Dia Mundial dos Pobres.

O que diz o Papa:

“Ainda hoje populações inteiras

padecem a fome e a sede, sendo grande a preocupação suscitada pelas imagens de crianças que não têm nada para se alimentar. Multidões de pessoas continuam a emigrar dum país para outro à procura de alimento, trabalho, casa e paz. A doença, nas suas várias formas, é um motivo permanente de aflição que requer ajuda, consolação e apoio. Os estabelecimentos prisionais são lugares onde muitas vezes, à pena restritiva da liberdade, se juntam transtornos por vezes graves devido às condições desumanas de vida. O analfabetismo ainda é muito difuso, impedindo aos meninos e meninas de se formarem, expondo-os a novas formas de escravidão. A cultura do individualismo exacerbado, sobretudo no Ocidente, leva a perder o sentido de solidariedade e responsabilidade para com os outros”.

“Não ter trabalho, nem receber um salário justo, não poder ter uma casa ou uma terra onde habitar, ser discriminado pela fé, a raça, a posição social... estas e muitas outras são condições que atentam contra a dignidade da pessoa. Hoje são tantas as situações em que podemos restituir dignidade às pessoas, consentindo-lhes uma vida humana. Basta pensar em tantos meninos e meninas que sofrem violências de vários tipos, que lhes roubam a alegria da vida”.

“A tentação de se limitar a fazer a ‘teoria da misericórdia’ é superada na medida em que esta se faz vida diária de participação e partilha[...] Intuí que, como mais um sinal concreto deste Ano Santo extraordinário, se deve celebrar em toda a Igreja, na ocorrência do XXXIII Domingo do Tempo Comum, o

Dia Mundial dos Pobres. Será a mais digna preparação para bem viver a solenidade de Nosso Senhor Jesus Cristo Rei do Universo, que Se identificou com os mais pequenos e os pobres e nos há de julgar sobre as obras de misericórdia (cf. Mt 25, 31-46). Será um Dia que vai ajudar as comunidades e cada batizado a refletir como a pobreza está no âmago do Evangelho, e tomar consciência de que não poderá haver justiça nem paz social enquanto Lázaro jazer à porta da nossa casa (cf. Lc 16, 19-21). Além disso este Dia constituirá uma forma genuína de nova evangelização (cf. Mt 11, 5), procurando renovar o rosto da Igreja na sua perene ação de conversão pastoral para ser testemunha da misericórdia”.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

“Agroecologia é escolha de vida”, afirmam participantes de Encontro

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO DO ENCONTRO*

Com tema “Nenhum Direito a Menos!”, o 7º Encontro Estadual de Agroecologia e Feira de Roças e Quintais ocorreu entre os dias 29 de novembro e 02 de dezembro no Ginásio Aecim Tocantins, em Cuiabá (MT). O evento reuniu cerca de 500 agricultores e agricultoras familiares, indígenas, e quilombolas de todas as regiões do estado, do Nortão até à Baixada Cuiabana.

Com atuação há mais de 15 anos no estado, o Grupo de Intercâmbio em Agroecologia (Gias), organizador do encontro, é uma rede que conta com cerca de 50 organizações, cooperativas e associações filiadas – todas trabalham com a agroecologia, como a CPT-MT, que faz parte da coordenação ampliada.

Ao longo de quatro dias, o encontro contou com mesas de debates, oficinas práticas, lançamentos de livros e campanha, feira, e belas apresentações culturais, como as de Zé Pinto, Gê e Taba, Dê Silva, Patricia Alves, e tantos outros. Na análise de conjuntura, Lucineia Freitas, do MST, discorreu sobre o contexto de ruptura democrática no



Foto: Elvis Marques / CPT Nacional

país, e destacou a falta de apoio dos governos à agricultura familiar, como no estado, onde, segundo ela, o governador Pedro Taques (PSDB) privilegia sempre o agronegócio.

Irmã Vera Maria, agente da CPT e uma das homenageadas do encontro, contou aos participantes como começou o trabalho com sementes na Baixada Cuiabana. “Um dos coordenadores da CPT, João Buzatto, teve a ideia de fazer um trabalho com as sementes crioulas, e me chamou. E aí nós começamos a fazer, todo ano, a Festa da Tro-

ca das Sementes. Começamos na região de Jangada e depois passamos também para Livramento”, relata. Essa iniciativa, segundo ela, “mudou muita coisa, como a relação das pessoas com a terra e com a natureza”.

Feira

A Feira de Roças e Quintais aconteceu todos os dias do evento e foi aberta ao público. Mais de 50 pessoas montaram barracas com alimentos livres de agrotóxicos e de produtos como bolos, geleias, pães, bebidas, entre ou-

tros. Um momento de destaque foi a Troca de Sementes Crioulas, quando também houve o intercâmbio de mudas e raízes. Pelo menos 100 pessoas participaram da Troca. “As pessoas trocam plantas e fazem múltiplos usos delas. Uma pimenteira também serve para ornamentar. E muitos alimentos são utilizados como remédios”, explica Paulo Celestino, educador da FASE MT.

Lançamentos

A Campanha em Defesa do Cerrado, da qual a CPT faz parte e tem como tema “Cerrado, berço das águas: Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida”, foi lançada durante o evento. Também foi apresentada a publicação “Cadeia Industrial da Carne”, da FASE-Educação e Solidariedade, e o Relatório “Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2015”, do Cimi.

Isolete Wichinieski, agente da CPT Goiás, e Cidinha Moura, da FASE MT, apresentaram a Campanha. A integrante da Pastoral explicou que a iniciativa surgiu, principalmente, por conta da invisibilização do Cerrado e dos povos e comunidades que vivem nesse espaço territorial.

*Andrés Pasquis, Gias / Elvis Marques, CPT / Gilka Resende, FASE / Wellington Douglas, CPT.

ROMARIAS

Várias Romarias pelo país reforçaram a fé do povo na luta por uma vida digna

Movidos pela esperança de conquistar a justiça social e uma vida digna no campo, romeiros e romeiras de todo o país caminharam juntos, em romaria, ao longo do ano.

CRISTIANE PASSOS*

ALAGOAS

A CPT Alagoas, em parceria com a Paróquia Nossa Senhora Mãe do Povo, realizou, nos dias 12 e 13 de novembro, a 29ª Romaria da Terra e das Águas. Sob o tema Terra Mãe, mais de mil romeiros e romeiras caminharam da Igreja Matriz ao Assentamento Jubileu 2000, em São Miguel dos Milagres. O percurso de 12 km foi feito durante a madrugada até o amanhecer do dia, tendo como ponto de partida a missa campal, realizada na Igreja Matriz. A partir daí, os romeiros e romeiras enfrentaram o caminho, fazendo paradas com reflexões baseadas na encíclica papal Laudato si': "Casa comum, nossa responsabilidade". Para a irmã Cícera Menezes, uma das organizadoras do evento, a Romaria da Terra é um ato de fé de qual todo o cristão deve participar. "Caminhamos e lutamos com o povo pobre, assim como Cristo caminhou e defendeu os mais necessitados. Queremos convidar a toda população para caminhar em Romaria em defesa de justiça social", afirmou a coordenadora da Pastoral da Terra. Em 2017, a Romaria da Terra e das Águas no estado completa 30 anos e celebrará esta importante data no Quilombo dos Palmares, lugar onde tudo começou.

PARANÁ

A cidade de Tomazina, no norte do Paraná, foi sede da 30ª edição da Romaria da Terra no estado. O evento foi realizado no dia 21 de agosto e, este ano, abordou o tema: "Cuidar da terra é nossa responsabilidade". O lema do encontro foi "Cuidar da terra, renascer das águas e semear a vida", inspirado na Encíclica Laudato Si' do Papa Francisco e seguindo o tema da Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016, "Casa Comum, Nossa Responsabilidade". A agente

da Pastoral da Terra no Paraná, Isabel Cristina Diniz, destacou: "Este é o momento de celebrar, mas também de refletir e de organizar novas ações junto às comunidades. Nestes 30 anos de Romaria da Terra no Paraná, o evento já foi celebrado em cidades, acampamentos, junto às comunidades nativas e em tantos lugares, sempre resultando em reflexões e abordagens sobre temas atuais".

RIO DE JANEIRO

Com o tema "Das Terras e das Águas feridas brotam clamores por Justiça!", a XV Romaria Estadual da Terra e das Águas do Rio de Janeiro ocorreu no dia 24 de julho, na região de Campos dos Goytacazes. A Romaria foi organizada pela CPT Rio de Janeiro, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Pastoral da Juventude Rural (PJR), e Diocese de Campos. Diversas comunidades camponesas, quilombolas, caiçaras, assentadas, agentes pastorais e comunidades diocesanas estavam presentes neste dia de romaria. "Neste cenário de resistência das comunidades tradicionais frente ao avanço do neodesen-



Foto: Thomas Bauer - CPT Bahia

volvimentismo, diferentes comunidades de todo o estado e regiões estiveram reunidas para denunciar os conflitos por terra e água e anunciar em marcha que outro modelo de sociedade é possível", destacou representante da CPT no Rio de Janeiro.

BAHIA

Com o apelo a uma conversão ecológica que cuide das pessoas e do planeta, romeiros e romeiras participaram, na cidade de Bom Jesus da Lapa, Bahia, da 39ª Romaria da Terra e das Águas. A atividade aconteceu de 1º a 3 de julho e contou com celebrações religiosas, debates e atividades culturais. A organização do evento ficou por conta da CPT Bahia, das Dioceses de Bom Jesus da Lapa, Barreiras, Irecê, Barra, Caetité, Arquidiocese de Vitória da Conquista, do Santuário Bom Jesus e de organizações e movimentos populares. A união da oração com a atuação social é uma marca da Romaria: "Nossas romarias se destacam pela vivência de uma gente que reza lutando e luta rezando. É um espaço em que o povo peregrina, reza, discute e ousa propor. Caminhos de conversão e ação para o cuidado com a terra, a água e os homens e mulheres que destas necessitam," afirmou a carta convocatória dos romeiros para

a atividade.

A ideia de propor uma mudança ecológica do ser humano como tema da Romaria é resultado das reflexões das duas últimas edições quando o foco esteve nas problemáticas da água e da terra. A consciência que a interligação de todos os elementos é importante para a vida no planeta resultou na proposta de 2016, que debate o cuidado com a casa comum. A Encíclica Laudato Si' do Papa Francisco também incentivou a definição do tema.

RIO GRANDE DO SUL

"Este é um momento de reflexão, oração e agradecimento por tudo o que a terra nos dá. É onde viemos buscar novas forças e renovar nossa fé para seguir produzindo e trabalhando no campo, porque a luta pela vida e a terra é diária e eterna", explicou a assentada da reforma agrária Adriana de Almeida, 39 anos, enquanto acompanhava romeiros e romeiras na caminhada da 39ª Romaria da Terra. O evento aconteceu no dia 9 de fevereiro, em São Gabriel, na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, região conhecida como o coração do latifúndio gaúcho, que tem em sua marca a monocultura de soja transgênica e o uso abusivo de agrotóxicos. Na caminhada, cerca de 12 mil trabalhadores do campo e da cidade. Ainda em comunhão com as temáticas da Romaria da Terra, ocorreu de 7 a 9 de fevereiro, também em São Gabriel, o 11º Acampamento da Juventude. O evento envolveu desde oficinas, com debates sobre questões de gênero, agroecologia, agitação e propaganda, entre outros temas, até atividades de integração dos jovens do campo e da cidade. "A nossa juventude tem um vínculo com a terra, mas precisamos cuidar dela, da natureza, da nossa casa comum. Esse compromisso e responsabilidade não são apenas de quem está no campo, mas também dos jovens da cidade", declarou Liciê Scolari, da coordenação do acampamento.



Foto: Leandro Molina

Encontro Nacional de Formação da

Reunidos no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO), entre os dias 22 e 25 de outubro, cerca de 60 agen

CRISTIANE PASSOS*

Os e as agentes da CPT iniciaram o Encontro compartilhando as lutas pela terra e territórios em cada região do país e os principais conflitos e dificuldades enfrentadas pelos povos do campo. Entre os temas levantados, destacaram a falta de regularização fundiária, os grandes projetos implantados em detrimento dos povos do campo, como o MATOPIBA, a especulação imobiliária que tem se expandido, também, na zona rural, além de ameaças e violências contra os e as trabalhadoras, bem como contra os e as agentes da CPT e de outras entidades de luta.

Leonilde Medeiros, professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), destacou a necessidade de se fazer memória do processo histórico do nosso país, para pensar desde a perspectiva dos trabalhadores, do lugar deles, seja a conjuntura rural ou a urbana. O sentido da questão agrária foi mudando ao longo do tempo, segundo ela. “Precisamos tentar enxergar as saídas dos trabalhadores através de suas lutas históricas. Buscar momentos-chave da constituição de alguns dilemas em relação à questão agrária na história brasileira. Tentar também pensar as mudanças e algumas permanências nessa trajetória. Essa história vai ter ritmos diferentes conforme a região de nosso país. Temos situações diferenciadas em cada região”, refletiu Leonilde.

Bases históricas da questão agrária

Primeiro, segundo Medeiros, precisamos atentar que quando começou a colonização brasileira pelos portugueses, foi instituído aqui um regime de terras que já existia em Portugal, o regime das sesmarias. Contudo,



Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional

há enormes diferenças entre os dois países. A ideia era dar a terra a quem tivesse capital para explorar, de forma a alimentar o comércio internacional, daí o privilégio da doação de áreas para o cultivo de cana-de-açúcar. Não havia, porém, formas de dar limites a essas sesmarias, seria até onde o olhar alcançasse. Quem não cumprisse os determinantes do governo português teria que devolver as terras à coroa, daí veio, inclusive, o nome de terras devolutas. Contudo, não havia um processo de fiscalização se a pessoa a quem foram dadas essas terras estava cumprindo tais determinações.

O primeiro momento de reflexão sobre a titularização das terras foi a Lei de Terras de 1850. Os proprietários de terras eram contra qualquer tipo de regulamentação, porque regulamentar era colocar limites nas terras, sendo que para eles lhes interessava as terras sem limites. Quando aparecem os primeiros cadastros rurais, percebe-se que a soma das áreas declaradas era maior que a área total do Brasil, o que existe até hoje e que mostra

a permanência de um problema que vem do Brasil colônia. Com a era varguista, foi feito um acordo com os grandes proprietários de não mexer nas grandes propriedades. Mas, decide-se resolver esse problema fundiário com as “novas áreas”, e

são criados vários projetos de colonização, inclusive projetos que tiveram como objetivo criar cinturões de abastecimento no entorno de grandes cidades. A divulgação desta “oferta de terras”, entretanto, trouxe muito mais gente do que os projetos e as terras podiam suportar, e essas pessoas foram ficando pelas beiradas, e se criaram grupos de posseiros. Esse quadro se desdobra em conflitos fundiários nos anos seguintes.

Nos anos 1960 e 1970, a luta foi marcada pela categoria dos posseiros. A partir dos anos 1980 ela passa a ser marcada pelos sem-terra. Houve mudanças, também, no significado da terra e no significado da reforma agrária. Se inicialmente pensamos na desconcentração da terra, nos anos 1980, 1990 e 2000, outras questões passam a ser refletidas para além da terra para

cultivo e valor econômico. A terra passa por outros significados, outros termos se somam no entendimento da terra. A questão agrária vai ganhando complexidades cada vez maiores.

Diferenciação social da luta pela terra no Brasil ao longo dos anos

Cláudio Maia, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), destacou que temos alargado muito o conceito social de campesinato. “Desde os anos 1980 estamos pensando o campesinato pela sua diversidade. É diverso, tem demandas distintas, mas tem elementos que unem. São segmentos subalternos, no sentido tanto econômico quanto político”. Para ele, temos que visualizar a questão agrária a partir das lutas camponesas para enxergar que mudanças elas estão impulsionando.

Guilherme Delgado, da Associação Brasileira pela Reforma Agrária (ABRA), retomou que somente na virada dos anos 1950 para os 1960 é que se constroi uma proposta política para a estrutura agrária brasileira. “Conseguimos que na Constituição não haja nenhum artigo transformando a terra puramente em mercadoria, que era o desejo dos grandes produtores”, destacou ele como uma grande vitória das articulações em prol dos povos do campo que, na época, acompanharam a Constituinte. Ele destacou ainda a importância de novos elementos que se somaram à luta no campo, como a dimensão ecológica da questão agrária, que nem era tocada nos anos 1960.

Sérgio Sauer, professor da Universidade de Brasília (UNB), também destacou que devemos olhar a questão agrária a partir das lutas camponesas. “Ao se analisar teoricamente a questão agrária, a matriz de análise sempre é a matriz marxista, particularmente de



Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional

AGRÁRIA

CPT debate a questão agrária atual

tes da CPT de todo o país debateram a “questão agrária no Brasil atual: permanência, possibilidades e limites atuais”.

Lênin. Em um determinado momento havia diferenças entre as lutas camponesas e as teses sociológicas sobre as lutas camponesas. As lutas são construídas socialmente, não são naturalmente diferentes. A constituição do MST, por exemplo, vai gerar um novo sujeito político que é o trabalhador sem terra, não camponês sem terra. O surgimento do Movimento muda, também, o eixo da luta pela terra, com a utilização das ocupações como estratégia”.

Já o professor Paulo Alentejano, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), destacou a questão da estrangeirização das terras, como mais uma ofensiva contra os povos do campo. Para além da questão da venda das terras para estrangeiros, o que cada vez é mais difícil de quantificar já que muitas das empresas que possuem os títulos de terras são transnacionais com capital misto, há a questão do monopólio dos insumos para o desenvolvimento das culturas no campo. “Temos apenas cinco empresas que produzem o maquinário para o campo, e nenhuma delas é nacional. Seis empresas controlam o mercado de fertilizantes e todas transnacionais. Outras seis, que agora são quatro com as fusões, controlam quase 80% do mercado de defensivos e todas também são transnacionais. Temos um grau gigantesco de monopolização da agricultura, o que expressa a monopolização e a estrangeirização de forma combinada”.

Egon Heck, do Conselho Indígena Missionário (CIMI), trouxe a mensagem dos povos originários, com o bem viver em contraposição ao modelo neoliberal e ao consumismo exacerbado. Ele destacou a mensagem de um jovem guarani kaiowá, “o nosso futuro está no passado”, como um sinal de esperança e para que voltemos aos saberes ancestrais como forma de esperança no futuro.

CARTA FINAL – A idolatria da propriedade contra a vida na terra

Aos agentes da CPT, às Igrejas e aos companheiros e companheiras na caminhada e a toda a sociedade,

“(…) [A] idolatria da propriedade, da riqueza e do poder (…) é a causa da violência que acompanha a luta pela terra (…)”
(CNBB. “Igreja e Questão Agrária no início do século XXI”, no 274)

Realizamos o Encontro Nacional de Formação e a reunião do Conselho Nacional da CPT – Comissão Pastoral da Terra, em Luziânia - GO, no Centro de Formação Vicente Cañas, do CIMI, entre os dias 22 e 29 de outubro de 2016, aprofundando o tema “Questão Agrária no Brasil atual: permanência, limites e possibilidades”. Nesta ocasião foi lançado o livro “CPT: 40 anos de fé, rebeldia e esperança” encerrando o ciclo de eventos celebrativos dos 40 anos da CPT.

O contexto político que nos envolve, preocupa e desafia é de um golpe contra a democracia, tão escancarado quanto acobertado por um manto de legalidade. A derrubada do governo eleito foi a estratégia para desmontar garantias e direitos conquistados desde a Constituição de 1988, chamada “cidadã”. Tudo para favorecer ainda mais o sistema predador dos bens da natureza e dos bens sociais dos homens e mulheres desta terra, de hoje e de amanhã. Rompe-se assim aquele pacto social constitucional, e tudo pode ilegitimamente acontecer contra o povo.

Toma conta da sociedade, nos mais diferentes ambientes, uma cultura de linchamento, que simplifica e nega o direito à diferença entre pessoas, gêneros, origens, etnias, religiões, culturas, posições ideológicas e políticas, a alimentar preconceitos, intolerâncias e ódios e a tirar o foco do sistema do capital. Sistema que engendra e se nutre deste individualismo exacerbado e suicida, em nome da “liberdade” do mercado, do “desenvolvimento” e do “progresso”, sob a falsidade de que isto é bom para todos. Processo este em que as religiões, em especial a cristã, cumpre um papel decisivo, de suprema legitimação, sacralização idólatra do mercado, quando se rende à “teologia da prosperidade”.

Conforme relatos de nossos agentes de todos os cantos do país, avolumam-se a apropriação e a concentração de terras por antigos e novos sujeitos atrelados ao capital nacional e internacional, recrudescendo ainda mais a violência contra camponeses, povos originários e comunidades tradicionais. A “novidade” é o capital financeiro, articulado ao capital do agronegócio de exportação. Não produz bens e riquezas

para a nação, mas se nutre da especulação, espoliação e privatização do que é de todos e de toda a vida: solos, águas, minérios, petróleo, ar, biodiversidade... Ambos avançam também sobre unidades de conservação e preservação ambiental e sobre terras públicas devolutas, a fim de tornar todas as terras e bens da natureza mercadorias e ativos financeiros.

Este quadro é o continuísmo de uma relação com a terra como base do poder econômico e político, que vem desde o período colonial, com o regime de sesmarias, passando pela mercantilista Lei de Terras em 1850 e pelos institutos legais posteriores. É uma história de negação da terra aos povos indígenas, aos escravos libertos e às diversas categorias de camponeses. História de criminalização da questão agrária, de violências e morte contra os pequenos do campo, das águas e das florestas. Violência que atinge hoje níveis dos mais elevados, principalmente na Amazônia. Já são 50 assassinatos de camponeses em luta somente em 2016; número igual a todo o ano de 2015. História também de resistências populares, quilombos, ocupações, acampamentos e retomadas.

Hoje, fortalecidos pelo golpe, os setores ruralistas de sempre tramam e impõem, com conivência e apoio dos Três Poderes, emendas constitucionais e projetos de lei que intensificam a privatização e mercantilização ilimitada da terra e dos recursos naturais, a flexibilização das leis ambientais e trabalhistas para atender aos interesses de acumulação incessante e progressiva de capital globalizado. A PEC 241, que limita e congela gastos públicos com políticas sociais, por 20 anos, é a evidência maior do sentido do golpe, por um Estado contra o Povo e a favor da acumulação de capital, poupado de cortes e limites. A proposta de “reforma da reforma agrária” se propõe corromper a escolha do público beneficiado, facilitar o negócio de terras e sufocar os movimentos e organizações sociais do campo.

Contudo, as lutas populares ganham força. As diversas mobilizações que vêm ocorrendo Brasil a fora, a exemplo das ocupações de cerca de 1.200 escolas públicas, Institutos e Universidades Federais pelos estudantes, os protestos indígenas em defesa da saúde, as articulações por uma greve geral etc., revelam a insatisfação com os rumos que vêm sendo dados ao nosso

país e com o divórcio entre o Estado e a sociedade. Renova-se a esperança de que o povo volte a ocupar as ruas e praças, como em junho de 2013, para retomar o que é seu por direito democrático.

Crescem também a consciência, a resistência e as práticas de outras relações humanidade/natureza, alicerçadas nas formas de vida dos povos originários e comunidades tradicionais, construídas na diversidade e pluralidade de culturas e caminhos que se expressam no que se denomina Bem Viver. São (re)inventadas formas de organização comunitária, de re-existência, através das retomadas e autodemarcações dos territórios, de produção e vivência agroecológicas, de uma economia popular solidária, de processos de educação popular, de produção de conhecimentos, que ajudam a construir a autonomia das comunidades. Aí se destaca o protagonismo de mulheres e jovens, contribuindo decisivamente para a descolonização dos saberes e das relações e práticas cotidianas. Vai se tornando evidente que a vida das pessoas e do planeta, hoje e amanhã, depende cada vez mais do que pode oferecer esta gente, pelo que produzem, pelo modo como produzem – alimentos saudáveis, cuidados ambientais e sociais etc. – e pela alternativa civilizatória que significam.

Uma sociedade nova e diferente é uma construção conjunta e intercambiada de todas as forças sociais descontentes com a atual. Por isso conclamamos as comunidades, movimentos e organizações sociais do campo e da cidade, as pastorais das diferentes igrejas, as religiões de matriz africana e indígena, as pessoas de boa vontade, a realizarmos um grande mutirão para defendermos nossos direitos ameaçados e cuidarmos da Casa Comum e de todos os seus integrantes.

A salvação da humanidade e do planeta depende da vivência de uma ecologia integral no campo e na cidade, como propõe o papa Francisco na encíclica Laudato Si.

Luziânia, 29 de outubro de 2016.
Comissão Pastoral da Terra

CERRADO

O caminhar da Campanha em Defesa do Cerrado

ELVIS MARQUES*

Na última edição do Pastoral da Terra, de julho a setembro, apresentei a vocês a Campanha em Defesa do Cerrado, que tem como tema “Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida”. Na época, havíamos acabado de realizar os lançamentos – um durante o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (Fica) na Cidade de Goiás (GO), outro em coletiva de imprensa na sede da CNBB, em Brasília. Bom, de lá para cá já aconteceram diversas ações.

“Tem sido um período rico em vários sentidos. Muitos debates, trocas de experiências entre comunidades, encontros. Antes mesmo do lançamento da Campanha, algumas atividades e articulações foram iniciadas. No Tocantins, por exemplo, foi criada a Frente em Defesa do Cerrado. E no Piauí surgiu a Articulação dos Impactados pelo Matopiba. Já em Goiás, criou-se a Rede Grita Cerrado”, destaca Isolete Wichinieski, agente da CPT Goiás.

Além disso, foi criada nesse ano a Articulação dos Bispos da região do Matopiba, que reúne religiosos dos quatro estados atingidos pelo Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do Matopiba.

Outra boa notícia é o aumento no número de organizações envolvidas com a Campanha. Saltamos de 36, em agosto, para 43.

Audiência sobre o MATOPIBA

Na manhã do dia 8 de novembro, aconteceu na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, Audiência Pública para debater o Matopiba, que atinge os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Presidida pela senadora Regina Sousa (PT-PI), a audiência foi reivindicada por indígenas de Goiás e Tocantins e Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Estiveram presentes quilombolas, indígenas Karajá, Krahô-Kanela, Xerente, representantes de comunidades de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia, assentados tocantinenses, entre outros.



“Hoje temos aqui, nessa Audiência Pública, inúmeras representações dos povos da floresta. Quem aqui foi consultado sobre esse projeto [Matopiba]?”, questionou Felício Pontes, procurador da República. “Ninguém”, responderam os/as presentes na audiência. “Então me parece que há um grave descumprimento da Convenção 169, que diz que as populações tradicionais precisam ser consultadas sobre esses grandes projetos”, explicou o procurador.

Como encaminhamento, Felício propôs a criação de uma comissão para discutir o projeto. O grupo seria formado por procuradores, representantes de comunidades impactadas pelo Matopiba, e organizações como CPT e Cimi.

Manifestações

Após a audiência, cerca de 150 indígenas de diversas etnias do Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás e Tocantins caminharam até a mansão da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), no Lago Sul, em Brasília, para protestarem contra projetos da bancada ruralista que atacam seus direitos. Semanalmente, os parlamentares realizam uma reunião-almoço para discutirem o “cardápio” – é assim que os parlamentares se referem à lista de pautas do encontro.

Após protesto na mansão, os/as manifestantes seguiram para a Em-

baixada do Japão, isso por conta dos acordos já firmados por empresários japoneses para investimentos na região do Matopiba. Com a manifestação, quatro lideranças foram recebidas por funcionários da Embaixada, que se comprometeram com os indígenas a comunicar ao embaixador as reivindicações apresentadas.

Seminário

“Matopiba: conflitos, resistências e novas dinâmicas de expansão do agronegócio no Brasil” foi o tema do Seminário Nacional organizado pela Campanha em Defesa do Cerrado, ocorrido no Centro de Formação da Contag, em Brasília, entre os dias 16 e 18 de novembro. “O objetivo do seminário foi estudar, debater e traçar os próximos passos a serem adotados para barrar esse projeto de expansão do agronegócio que é o Matopiba”, explica Isolete.

Cerca de 130 pessoas participaram do evento, sendo a maioria de representantes de comunidades dos quatro estados atingidos pelo projeto. Representantes de organizações camponesas do Japão e Moçambique expuseram suas experiências de luta e ouviram as dos povos daqui. Há algum tempo organizações populares de Brasil e Japão se juntaram às do país africano para tentarem barrar o projeto ProSavana, em Moçambique, que é semelhante ao Matopiba. Juntas,

as organizações formam a articulação “Não ao ProSavana”.

Tenda dos Povos do Cerrado

Cercada por universidades, a Praça Universitária, em Goiânia, recebeu, entre os dias 16 e 18 de novembro, o 1º Encontro da Tenda dos Povos do Cerrado, que reuniu centenas de pessoas vindas de todos os cantos de Goiás – indígenas, quilombolas, assentados e acampados.

Um delicioso e típico almoço goiano – arroz, carne cozida com mandioca, e feijão – abriu o evento. Logo após, aconteceu uma Audiência Pública, na qual pessoas das comunidades apresentaram problemáticas em relação à água. Relatos que foram ouvidos por representantes de órgão públicos do estado e de meio ambiente.

Moradora da Comunidade João de Deus, no município de Silvânia (GO), Ritalina Ribeiro denunciou, na audiência, que o Rio Piracanjuba – principal de sua região – tem sido impactado com a extração de areia e argila. “Depois da chegada da mineração no rio, tudo mudou”, lamenta.

No último dia de Tenda, os/as participantes realizaram caminhada em defesa do Cerrado até a Assembleia Legislativa de Goiás, onde esperavam ser recebidos por deputados para entregarem sua pauta de reivindicações. Mas os/as parlamentares não receberam as pessoas. Todavia, uma comissão de entidades foi criada com objetivo de dialogar com os políticos estaduais sobre as demandas.

Registro

- No dia 21 de outubro, na Câmara Municipal de São Paulo, a Campanha foi lançada juntamente com a Agenda Latino-Americana 2017;
- E dia 30 de novembro, durante o 7º Encontro Estadual de Agroecologia, em Cuiabá, a Campanha foi apresentada ao público.

AMAZÔNIA

Pará recebe o II Encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal

DARLENE BRAGA*

O II Encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal aconteceu, entre os dias 14 e 16 de novembro, na capital paraense, Belém. Ao longo do encontro, os/as participantes – bispos, freiras, padres, membros de pastorais, e leigos – discutiram a realidade política, social, econômica, cultural e religiosa da região. Analisaram ainda como tem sido desenvolvido o trabalho missionário nesse espaço. “Sentimos a necessidade de uma maior presença da Igreja junto às comunidades espalhadas nesta imensa Amazônia”, diz trecho da Carta Compromisso do evento.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi representada no Encontro por seu presidente e bispo de Balsas (MA), dom Enemésio Lazzaris, e pela autora desta matéria, Darlene Braga, agente da CPT Acre e membro da Articulação das CPT's da Amazônia. O procurador da República da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF), Felício de Araújo Pontes, ficou responsável pela análise de conjuntura.

O procurador destacou o choque entre dois modelos antagônicos de desenvolvimento – o modelo socioambiental e o predatório. Como características principais do predatório, ele ressaltou a exploração da madeira, o incentivo à pecuária, à mineração e à prática da monocultura. Modelo esse direcionado a empresários, visando a concentração de renda, gerando a grilagem de terras e que se opõe ao modelo socioambiental, cuja atividade principal é o agroextrativismo, direcionado aos povos da floresta, visando a redistribuição de renda, onde predomina a forma coletiva de titularização da terra.

Concluindo, chamou a atenção para a necessidade de reconstrução e fortalecimento dos movimentos sociais e de formação e apoio a novas lideranças sociais.

Violência no campo

Os representantes da CPT, durante o evento, apresentaram os dados compilados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, que mostram o aumento da violência no campo neste ano. Na Amazônia Legal já são 38 assassinatos em 2016, conforme números parciais. Desta-



Foto: Darlene Braga - CPT Acre

caram-se ainda 46 tentativas de assassinatos, 103 ameaças de mortes e 87 prisões. Todos estes números são maiores que em 2015, durante o mesmo período.

O número de famílias expulsas com ações de pistolagem aumentou em 110%, passando de 438, em 2015, para 920 em 2016. As vítimas detidas, criminalizadas em geral nas ações de despejo, são levadas para delegacia e enquadradas, por exemplo, nos crimes de formação de quadrilha e esbulho possessório. A não concretização da reforma agrária aliada com a impunidade são fatores determinantes para a continuação da violência no campo na Amazônia e no Brasil.

Francisco Loebens, representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), expôs dados sobre a questão indígena, que compõem o relatório *Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2015*, lançado em setembro. A publicação, conforme a entidade, evidencia a permanência do quadro de omissão dos poderes públicos em relação aos direitos dos povos indígenas, especialmente em relação ao direito à terra, o que impacta drasticamente no direito deles viverem de acordo com o seu modo tradicional.

Loebens destacou ainda, em relação à Amazônia, os desafios como o

desmatamento, a mineração nas Terras Indígenas (TI), impactos dos grandes projetos, especialmente sobre os povos isolados. Também chamou a atenção sobre o risco para os povos indígenas do Projeto de Lei que regulamenta a mineração em suas terras – já aprovado pelo Senado Federal. Ressaltou ainda as importantes conquistas na demarcação das Terras Indígenas. Todavia, lembrou, que ainda falta muito a ser feito.

Carta Compromisso

Com o objetivo de encorajar e dar ânimo aos representantes das dioceses e prelazias da Amazônia, os/as participantes divulgaram uma Carta Compromisso. No texto, afirmam que refletiram sobre a realidade social e eclesial atual, e que, diante dessa perspectiva, constataram que o processo de mudança deve ser constante.

“É possível, urgente e vital participarmos ativa e responsabilmente da nova época que está surgindo para o planeta Terra, para a humanidade inteira e também para a Amazônia. Somos semeadores de fé, esperança e amor. O semeador nunca desiste de semear, mesmo quando não sabe se verá os frutos maduros das sementes do bem e da Justiça plantadas no chão

e regadas com lágrimas, fadigas, corajosa perseverança e paciência evangélica”, diz um trecho do documento.

Na Carta, os participantes manifestam ainda total apoio aos povos indígenas e aos que vivem dos frutos do campo, da floresta e dos rios. Eles denunciam como “imorais” as manobras legislativas que ameaçam os direitos dos indígenas e das comunidades tradicionais. Destaca-se ainda a criminalização tanto do povo do campo quanto de organizações. “Constatamos o silêncio de grande parte dos meios de comunicação a respeito da crescente violência, perseguição e criminalização de lideranças camponesas, indígenas e de entidades que defendem os direitos humanos, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi)”.

A *Laudato Sí*, Encíclica escrita pelo papa Francisco, que destaca o cuidado com a casa comum, é lembrada pelos/as participantes, que afirmam que as palavras do Pontífice, “querido amigo da Amazônia”, encoraja o povo “a uma missão mais ousada em defesa da vida no horizonte de uma ecologia integral”.

*Agente da CPT Acre e Articulação das CPT's da Amazônia - com informações da CNBB

DENÚNCIA

CPT denuncia violações de direitos humanos de população tradicional em Fórum da ONU

O território das Ilhas de Sirinhaém era o “lugar bom de morar” e o “lugar de barriga cheia”. No entanto, todas as famílias foram expulsas do território tradicional pela Usina Trapiche e encontram-se atualmente em situação de extrema vulnerabilidade, violência, fome e desemprego.

RENATA ALBUQUERQUE*

A Comissão Pastoral da Terra Nordeste II esteve presente no Fórum anual de empresas e Direitos Humanos da ONU, ocorrido entre os dias 14 e 16 de novembro de 2016, em Genebra, na Suíça, para denunciar um dos casos de conflito territorial e de violações de direitos humanos mais emblemáticos e ainda sem resolução no estado de Pernambuco.

Trata-se do conflito envolvendo uma das maiores usinas de cana-de-açúcar do estado, a empresa Trapiche, fornecedora de açúcar para grandes multinacionais, como a Coca-Cola e Pepsi Co. A empresa protagonizou a expulsão de uma comunidade formada por 53 famílias de pescadores artesanais e extrativistas costeiros marinhos, que viviam em 17 ilhas estuarinas, localizadas no município de Sirinhaém, litoral sul do estado de Pernambuco.

A denúncia do caso foi apresentada em um painel que também contou com a participação da OXFAM, organização internacional parceira da CPT, e das multinacionais Coca-Cola e Pepsi Co, compradoras do açúcar da usina Trapiche. Uma representação da Missão Permanente do Brasil em Genebra foi enviada para acompanhar o debate. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) - a quem a comunidade solicitou em 2006 a criação de uma Reserva Extrativista no local, como forma de solucionar o conflito - recebeu o convite para participar do evento, mas não compareceu.

Na ocasião, a CPT alertou para a necessidade de comprometer todos os agentes envolvidos na cadeia produtiva do açúcar. A Pastoral endossou que as grandes empresas multinacionais compradoras do açúcar da Usina Trapiche também possuem responsabilidades

sobre os contextos de violações de direitos ocorridos no local. A existência da forte demanda de grandes empresas multinacionais pelo açúcar produzido nas Usinas do país, acaba por incentivar a expansão da produção açucareira e contribuir para o acirramento de conflitos agrários que dizimam comunidades tradicionais.

Para a CPT, a denúncia do conflito no Fórum da ONU contribuiu de maneira relevante para reverberar a voz da comunidade atingida e fortalecer a pressão internacional em torno do caso. Ademais, o caso denunciado revela muito mais do que a violência cometida contra uma comunidade tradicional, que criou um manejo próprio e estabeleceu uma relação de equilíbrio com a natureza, em harmonia com o território. A denúncia escancara como, ainda hoje, no Brasil, os poderes públicos mantêm íntima relação com a elite agroaçucareira do Nordeste brasileiro, reproduzindo práticas violentas contra diversas comunidades tradicionais.

O conflito

Os conflitos agrários e violações de direitos humanos praticados por usinas de cana-de-açúcar contra populações camponesas compõem o cotidiano e a história da Zona da Mata do estado de Pernambuco. No entanto, desde a sua eclosão, na década de 1980, o conflito territorial nas chamadas ilhas de Sirinhaém tornou-se emblemático por possuir um extenso e violento histórico, com ameaças de morte, expulsões, perseguições, acordos forçados, prisões ilegais, queima de casas, além de graves impactos ambientais, todos causados pela Empresa Trapiche.

As famílias foram empurradas para a periferia do município, onde foram relegadas às favelas e a uma situação perversa de miséria e fome antes



Foto: CPT NE II

Casas da periferia de Sirinhaém espremidas pelo monocultivo da cana-de-açúcar da Usina Trapiche.

desconhecida. Restaram-lhes apenas os efeitos de uma demolição cultural, consistente no desenraizamento, no esfacelamento dos laços comunitários e na supressão da identidade e dos modos de vida tradicionais. De acordo com os membros da comunidade, o território das Ilhas de Sirinhaém era o “lugar bom de morar” e o “lugar de barriga cheia”. No entanto, atualmente, as famílias encontram-se em situação de extrema vulnerabilidade, violência, fome e desemprego.

CPT realizou estudo prévio que analisa as violações de Direitos Humanos praticadas pela empresa

No mês de outubro, a CPT tornou público o relatório “Morrer de fome um pouco por dia - Impactos aos direitos humanos causados pela Usina Trapiche à comunidade pesqueira no município de Sirinhaém/PE”, realizado com o apoio da OXFAM e que apresenta uma análise sobre os impactos aos direitos humanos e territoriais da comunidade promovidos pela Usina Trapiche.

O estudo traz também uma série de recomendações direcionadas aos principais envolvidos no caso, especialmente aos órgãos e entes públicos, entre eles: o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Ministério Público Federal (MPF), o Governo do Estado de Pernambuco - por meio de sua Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) -, a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), além das empresas compradoras dos produtos da Usina Trapiche, como a Coca-Cola e a Pepsi Co. Todas as recomendações estão sendo cobradas e monitoradas pela CPT no intuito de que o Estado brasileiro atue na reparação definitiva do conflito que se arrasta há cerca de três décadas, garantindo à comunidade o direito definitivo ao seu território tradicional.



No último dia 25 de novembro faleceu, aos 90 anos, em Havana, capital cubana, o comandante da vitoriosa Revolução Cubana, Fidel Castro.

“Fidel está morto, mas é imortal. Poucos homens sabem o que é a glória de se tornar ainda vivos uma lenda e entrar para a história. Fidel é um deles. Ele pertencia a essa geração de insurgentes míticos - Nelson Mandela, Patrice Lumumba, Amílcar Cabral, Che Guevara, Camilo Torres, Turcios Lima, Ahmed Ben

Barka - que, perseguindo um ideal de justiça, foram lançados na década de 1950, à ação política com a ambição e esperança de mudar um mundo de desigualdades e discriminações, marcado pelo início da guerra fria entre a União Soviética e os Estados Unidos”, analisou o jornalista Ignacio Ramonet, amigo e biógrafo de Fidel.

Para Leonardo Boff, outra dimensão de Fidel, testemunhada por muitos, era a sua ternura. “Tenho uma sobrinha com um tipo de reumatismo que nenhum médico conseguia tratar. Falei com o Fidel se era possível tentá-la em Cuba. Pediu-me todos os laudos médicos daqui. Ele mesmo se encarregou de falar com médicos cubanos. Efetivamente não havia cura. Cada vez que me encontrava, a pri-

meira coisa que pedia era: ‘como vai a Lola, sua sobrinha?’. Essa memória carinhosa e terna não é frequente em chefes de Estado. Geralmente onde predomina o poder não vigora o amor nem floresce a ternura. Com Fidel era diferente. Alegrou-se enormemente quando lhe contei que um médico brasileiro inventou uma vacina cujo efeito colateral era curar este tipo de reumatismo. São pequenos gestos que mostram que o poder não precisa fatalmente obscurecer essa dimensão tão profunda que é o enternecimento e a preocupação pelo destino do outro. O legado de sua pessoa carismática permanecerá como referência para aqueles que se recusam a reproduzir a cultura do capital e com as injustiças que a acompanham, de ordem social e ecológica”.

A morte física de Fidel Castro

Foto: Arquivo Prelazia de São Félix do Araguaia



Fidel Castro e o bispo Dom Pedro Casaldáliga, um dos fundadores da CPT

Fidel e os furacões

Ruben Siqueira, da coordenação nacional da CPT, também refletiu sobre a morte de Fidel e a sociedade cubana. Confira o depoimento dele:

Final de novembro de 2002. Fomos a Cuba, numa delegação de representantes de movimentos sociais e sindicais brasileiros, para o II Encontro Hemisférico de Luta contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Eu estava pela CPT (Comissão Pastoral da Terra). Chegamos em Havana nos rastros dos furacões Isidore e Lili. Juntos, gente do povo e soldados do exército limpavam as ruas. Indo depois do encontro para a região “tabacalera” de Pinar del Rio, para um intercâmbio com camponeses, pude ver ao longo da “carretera” a devastação: casas destelhadas, rede elétrica caída, canaviais dobrados, toda uma safra de laranjas no chão... E de novo, populares e exército juntos no enfrentamento dos estragos. (A van parava para dar carona a estudantes e trabalhadores, sem que pedissem. Carona é uma “instituição” em Cuba. Assim como parar o carro, sem que peçam, para que alunos atravessem a rua indo ou vindo da escola. O que só se vê no início da manhã ou no fim da tarde. Durante o dia não há crianças e adolescentes nas ruas em Cuba: estão todos na escola.). Cubanos convivem com furacões e tempestades tropicais, é algo incorporado ao modo de viver



Foto: Wikipédia

na ilha. Por isso, eles têm uma bem organizada e eficiente Defesa Civil, uma das melhores do mundo. E quem a liderava era Fidel. O que sobre isso me contaram, então, dá a dimensão da liderança (e do mito) do Comandante. Em várias ocasiões, por onde estava previsto passar o epicentro do furacão, estava ele à frente. Avisavam que o furacão iria se deslocar tantos quilômetros, Fidel e a Defesa Civil corriam pra lá. Novo aviso, novo deslocamento.

Até que o furacão passava por fora da ilha, com poucos impactos. “Nem furacão pode com o Comandante”, diziam cubanos.

A imagem de Che é muito presente em toda a ilha, também a de Camilo Cienfuegos (o mais querido), a de Fidel nem tanto. Presente mesmo é José Martí, o pai espiritual da Cuba livre; seu busto se encontra em toda repartição pública, nas praças e até em entroncamentos de estradas rurais. A revolução cubana sobrevive sob esta mística, verdadeiro culto à imagem dos revolucionários. Por isso o uso continuado do verde oliva do uniforme militar. (Sinal dos tempos, Fidel tinha que no fim da vida substituí-lo pelo macacão da Adidas?). Entre os heróis também se incluem soldados, médicos, engenheiros e educadores que morreram em missão solidária mundo afora. Cada comunidade reverencia os seus.

Deu o que pensar... Não há mesmo luta pela transformação revolucionária e socialista sem uma mística socialista e revolucionária. Mas será que em Nuestra América, a busca da utopia socialista não conseguirá se fazer sem esta mitificação do líder, “pai da pátria”, caudilho de sinal invertido, que desanda em desigual hierarquia?

Na sessão de encerramento do encontro, Fidel falaria. Ao menos uma parte do seu discurso, provavelmente longuíssimo como na lenda, estava eu disposto a ouvir. Era quase três da manhã e ele nem tinha começado... Vencido pelo cansaço e pelo sono, fui dormir. Ele falou o resto da noite. Não me chamaram para o encontro especial da delegação brasileira com ele ao amanhecer... Conta-se que depois ele foi jantar (!) com representantes das delegações e ainda animado tomou várias garrafas de vinho...

Mas, a melhor imagem de Cuba que trouxe comigo não foi da imponente figura do Comandante, foi a cabeça erguida, a altivez de seu povo. Nunca vi igual em nenhum lugar por onde já andei. Isto quero para o nosso e todo povo.

Ruben Siqueira – CPT.

PÁGINA BÍBLICA

O Projeto de Jesus

SANDRO GALLAZZI*

Na edição passada vimos que o grupo de Jesus não é um grupo de gente poderosa, nem de sábios, nem de escribas. Jesus adota somente os pobres, os últimos, os pequenos. A verdadeira prova da chegada do reino consiste em que os pobres são evangelizados, são chamados a estar com Jesus. A opção pelos pobres, não é só a opção por ajudá-los, mas a capacidade de acreditar neles e de entregar-lhes a missão.

A Missão

Esta missão não consiste em ajudar os pobres, mas anunciar a eles o Evangelho. O Evangelho é dizer aos pobres: Vocês. Vocês vão ser pescadores de homens, venham comigo, vamos tirar as pessoas das garras do mar, sigam-me!

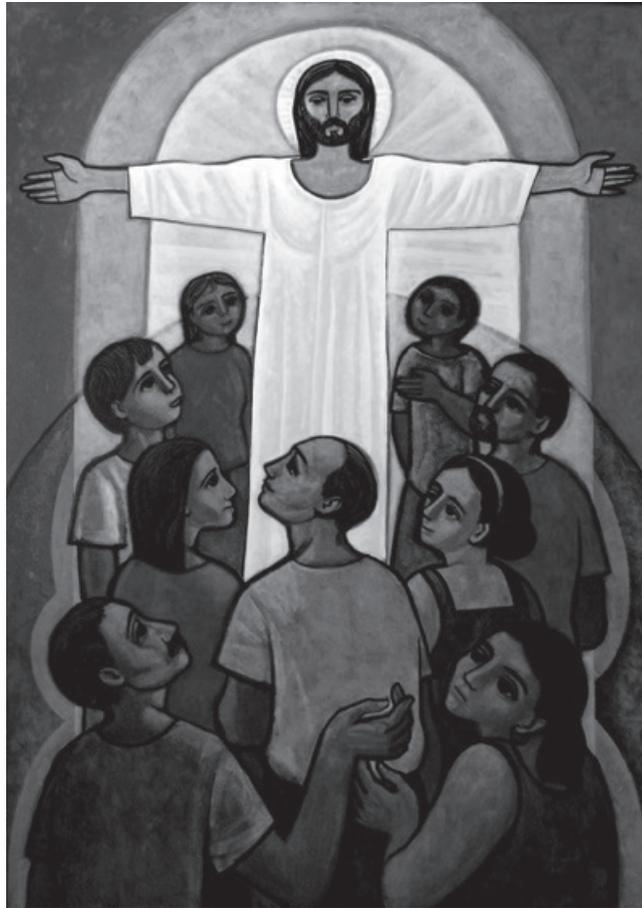
Esta é a prática que vai incomodar o sistema. Porque para Jesus o centro de tudo é o pobre, o oprimido. Vamos trabalhar alguns textos comuns aos quatro evangelistas para nos aproximarmos da memória de Jesus, que as primeiras comunidades conservaram.

**O pobre no meio
(Mc 2,23-3,8; Mt 12,1-14;
Lc 6,1-11; Jo 5,1-15)**

Mesmo que o texto de João tenha uma narrativa diferente a mensagem é a mesma. Vamos acompanhar o texto de Marcos. São dois momentos, um no campo, no meio da terra; o outro dentro de uma sinagoga. Nos dois casos o que está em questão é o dia de sábado. Para os fariseus e para o templo o sábado é uma das leis mais importantes.:

“Guardarás meus sábados, porque o sábado é o sinal entre eu e vocês por todas as gerações, pelo qual conhecerão que eu sou Javé que santifica... Aquele que o profanar será réu de morte: o que trabalhar será excluído de seu povo... é o dia de descanso solene dedicado a Javé. Quem trabalhar no sábado é réu de morte.”

E a lei deve ser entendida ao pé da letra, para ser observada sem infra-



ções. O homem feito para o sábado! Por isso os fariseus não conseguem ver os sinais de libertação, não conseguem ver os paralíticos andarem, os doentes ficarem curados ... só sabem ver uma norma transgredida.

Jesus tem outra memória deste mandamento, a que vem da corrente profética: “Durante seis dias trabalha, faz tuas tarefas; mas o dia sétimo é dia de descanso dedicado a Javé, teu Deus. Não farás trabalho algum nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem teu escravo, nem tua escrava, nem teu boi, nem teu burro, nem teu gado, nem o forasteiro que mora na tua cidade para que DESCANSEM COMO TU, O ESCRAVO E A ESCRAVA. Lembra-te que foste escravo no Egito e Javé teu Deus te tirou daí com mão forte e braço estendido. Por isso Javé, teu Deus, manda guardar o dia de sábado.”

É diferente. A memória desta lei é a libertação do Egito (memória fundante para os profetas) e o motivo é o descanso dos trabalhadores. Sábado como sinal de liberdade. Um sábado feito para o homem!

Jesus se agarra a esta memória. Necessita devolver ao sábado seu rosto

de libertação, por isso é preciso lutar contra tudo o que oprime:

. **de fora:** o latifúndio romano, com suas espigas arrancadas pelos discípulos. Se até o pão de Deus é para os que têm fome, quanto mais o pão que o imperador quer para si;

. **de dentro:** uma celebração vazia que considera praticada a lei quando participa de um rito na sinagoga. Na sinagoga, no momento da celebração, o paralítico está ao fundo. Na visão da retribuição ele deve ter cometido algum pecado para estar assim. Então ele é impuro, tem que ficar longe. No centro da sinagoga, está o livro. A Palavra escrita

está no meio para o culto e a celebração.

E Jesus se levanta e diz: “Você para o meio”.

No meio tem que estar o pequeno, o pobre, o oprimido.

E agora que nossos olhos estão fixos no pobre, Jesus nos provoca: que vamos fazer no dia de sábado? O bem ou o mal? Dar a vida ou matar?

O que é santificar o Sábado, guardar o Sábado?

Olhando e ouvindo o povo oprimido a conclusão é clara.

A uma pessoa assim só se pode matá-la. Os fariseus, os da sinagoga inimiga de Roma, foram buscar os herodianos, os do latifúndio, partidários de Roma, para ver como prender Jesus.

Os dois partidos se unem para matar o homem que substitui qualquer instituição, inclusive a mais sagrada, pela vida do pobre.

Conhecem a parábola do samaritano?

O sacerdote não se aproxima,

por que? Por que é mau? Não. Porque a lei o proíbe.

O que está no caminho pode estar morto, ao tocá-lo torna-se impuro. O levita também passa ao largo.

Somente o samaritano que já é impuro, é o que se aproxima e lhe dá a vida. Jesus diz ao doutor da lei, ao escriba, ao professor: “Faz você o mesmo”. Aproximar-se do ferido, fazer tudo o que podemos para que viva, este é o lugar desde o qual se constroi a unidade: o ponto central, o rumo que temos que seguir é em direção ao pobre.

Enquanto cada um de nós caminha para seu templo, sua igreja, sua maneira de ver as coisas, suas ideologias, nunca encontraremos um caminho de unidade. Mas se todos nos dirigirmos ao pobre, mais cedo ou mais tarde, vamos nos encontrar, porque o rumo é o mesmo. Jesus o deixa claro: o homem vale mais que tudo, mais que o sábado, a sinagoga, o templo, o palácio. Não há instituição, organização, teologia que seja mais importante que o pobre.

É por isso que ele vai morrer. A instituição não deixa com vida a uma pessoa que prega, não a partir de ideologias, de opiniões diferentes, mas a partir de opções claras, dizendo que o centro está no pequeno. “E tomando a uma criança a pôs no meio e a abraçou”...

Jesus sabe e tem a certeza de que a este pequeno, a este pobre, a este último, às crianças e às mulheres, Deus os quer muito.

Jesus volta a descobrir o rosto da gratuidade de Deus, que o judaísmo do templo e da sinagoga havia esquecido, obrigando a Deus a ser o Deus da retribuição. O Deus de Jesus gosta de manifestar seu amor, sua misericórdia.

E assim os pobres aprendem a fazer o mesmo, como a mulher que fazia doze anos perdia sangue. Doente, impura e pobre sabe que deve transgredir a lei para tocar neste homem e conseguir a vida, mesmo arriscando a pena de morte por apedrejamento. “TUA FÉ TE CUROU”. Transgredir uma lei que divide e que oprime é a fé, é a vida!

CRIME DA SAMARCO - 1 ANO

A lama que mata ainda amedronta o Vale do Rio Doce

Thomas Bauer e Joka Madruga /
Colaboração de Paula Zarth Padilha*

“Não sei quando irão estancar isto. Esta lama toda que veio de Fundão. Mataram o Rio Doce. Acabaram com tudo, com peixe, com nossa vida. Será que meus filhos vão conseguir pescar neste rio?”, desabafa Juliano Conegundes, pescador que mora ao lado do encontro dos rios Carmo e Piranga, onde forma o Rio Doce.

A lama da Samarco/Vale/BHP-Billiton percorreu aproximadamente 800 Km, de Mariana (MG) até a foz do Rio Doce em Regência, no litoral do Espírito Santo. Deixou um rastro de destruição, mortes e muita tristeza por onde passou. Um ano após o maior crime socioambiental do Brasil, onde 62 milhões de metros cúbicos de lama tóxica desceu rio abaixo, muita coisa ainda não foi feita. Comunidades inteiras foram cobertas pelo dejetos contaminado e dezenove pessoas morreram. A população ainda vive insegura com o futuro de suas famílias. O Rio Doce já não é mais lugar de sobrevivência e diversão. É um leito triste e, pelo que parece, já esquecido por alguns.

Outra barragem pode romper

A ameaça de um novo desastre ronda a população de Mariana (MG). Não bastasse a calamidade provocada pelo rompimento da barragem do Fundão, da SAMARCO, as comunidades da cidade e do entorno convivem com a iminência de uma nova tragédia. Um tremor de terra confirmado pela empresa no início de novembro aumentou a tensão sobre as condições estruturais da barragem de Germano, três vezes maior e que já apresenta sinais de rachadura. Não é só. Diante do período chuvoso que se iniciou nestes dias o temor de muitos está aumentando. Ao longo de toda extensão do rio Doce, os moradores convivem com a expectativa de que uma grande quantidade de lama, que continua acumulada entre a região de Mariana e a usina Candonga, possa se espalhar pelo rio.



Foto: Joka Madruga

Empresa nega direitos

Pior, numa total inversão de papéis, as pessoas que sofreram danos irreparáveis até hoje estão lutando para serem reconhecidas como atingidos, cobrando seus direitos negados pela empresa. Além disso, os moradores relatam que funcionários da Samarco estão visitando as famílias de porta em porta para alertar sobre as possíveis enchentes deste ano. Fala-se em volumes de água como ocorreu na maior enchente na região, em 1979. Isso significa que a água misturada com o rejeito poderia subir ao mesmo nível da lama do ano passado, atingindo novamente as casas de toda região.

O rastro de destruição que se espalha ao longo do Rio Doce e deságua no Oceano Atlântico expõe as feridas abertas da irresponsabilidade pública e do descaso. No município de Linhares (ES), os distritos de Regência e Povoação foram diretamente atingidos, pois estão à margem do Rio Doce de um lado e a sua frente a imensidão do oceano. Segundo vários pescadores e moradores, a lama contaminada está impregnada no fundo do rio e nos dias de ventania as águas agitadas fazem com que o barro solte novamente. Eles afirmam que em determinadas épocas do ano, o rio ficava sujo devido a grandes chuvas na região mais alta do rio, porém em pou-

co tempo voltava ao normal. Coisa que não acontece mais há um ano. A água ficou turva e a maioria das pessoas não tem coragem de tomar banho ou comer peixes do Rio Doce, com medo da contaminação. Os relatos são sempre quase os mesmos e sempre com emoção.

Organização e resistência

Apesar do descaso dos Governos Federal e Estadual, as pessoas atingidas não estão totalmente desamparadas. Várias entidades têm contribuído para a organização deles, em especial o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), as dioceses católicas de Colatina, Governador Valadares e Mariana e o Ministério Público do Espírito Santo e de Minas Gerais.

Direitos Humanos

O MAB aponta que existe um padrão na violação dos direitos humanos dos atingidos por barragens. Pois não tem um marco legal que garanta os direitos deles. Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais existe um projeto de lei para regulamentar esta situação, mas está engavetado na Comissão de Constituição e Justiça. As mineradoras, que financiaram a campanha de alguns deputados, são contra este projeto.

Pescadores

Outro problema na região é com relação aos pescadores. Tanto os do oceano, como os do Rio Doce. Até o momento não foi apresentada uma solução definitiva para eles, que estão proibidos de pescar e prover seu sustento e de suas famílias. São mais de sete mil famílias de pescadores atingidas. Muitos deles não terão de volta sua profissão, o que gera um enorme impacto cultural e financeiro.

Análises de qualidade da água

Há muita confusão sobre a qualidade atual da água do Rio Doce. Por um lado, a Samarco apresenta laudos que dizem que ela está apta para consumo humano. De outro, entidades independentes dizem que não. Isto gera insegurança e dúvidas na população, que tem um gasto a mais no orçamento com água mineral. Em algumas localidades, a construção de poços artesanais sem fiscalização, feitos no desespero, pode comprometer o lençol freático na região.

Lama que Mata

Durante três semanas, o videomaker e agente da Comissão Pastoral da Terra/BA Thomas Bauer, junto com o repórter fotográfico e colaborador da CPT Nacional Joka Madruga, percorreu o caminho da lama. Eles ouviram dezenas de relatos. Puderam conferir como o sentimento de temor e desconfiança está instalado na população local. Os depoimentos colhidos fazem parte da produção do projeto “Lama que mata”, cuja primeira etapa se encerrou com a realização de uma exposição de fotografias na cidade de Mariana (MG), em 05 de novembro. Em 2017, está previsto o retorno para os locais percorridos com um documentário e uma exposição fotográfica. A iniciativa conta com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo, da DKA Áustria e de dioceses locais. Fotos e vídeos podem ser vistos em www.fb.com/lamaquemata

Cultura

Fotos: João Ripper/Acervo CPT



Faz escuro mas eu creio

Aterrorizada
chora em Aleppo uma criança síria
Oman Daqneesh é seu nome.
E chora inconsolável
um menino guarani-kaiowá
na aldeia incendiada.
Ouço ao longe o lamento de um jovem
sem futuro na noite africana.
Vejo o primeiro mundo fechando
suas fronteiras aos refugiados sem destino
e sinto a impotência das ocupações urbanas
e rurais diante do poder imposto à força.

A vida que começa geme num mundo atroz
e nós calamos!
Indefesa
a terra grita ferida pelo lucro cego
dos perversos
e nós calamos!
Novamente com algemas na garganta
perde direitos o país golpeado pela infâmia
e nós calamos!

Apesar da nossa indiferença,
humano
**numa criança da periferia,
Deus vem ao nosso encontro.**

Limpar o rosto machucado
**sair de novo à rua
lançar o grito resgatando
a utopia pisoteada
empapar a alma de
amor e de ternura**
desafios sempre novos
de quem crê no mistério
de um Deus humanizado!

Poema de Paulo Gabriel

A Comissão Pastoral da Terra
deseja a você um 2017 repleto de
amor, solidariedade e utopias.

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
Endereço: _____
Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
- Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta
Postal Básica
9912277124-DR/GO
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA